

O termo arte pública é usado para denominar uma forma de arte que foge dos padrões e escalas das galerias e museus. Para se encaixar nesse conceito ela deve preencher dois quesitos: a “localização das obras de arte em espaço de circulação de público e conversão forçada desse público em público de arte” (ALVES, 2008, p.5). Essa “conversão forçada” ocorre justamente porque a obra de arte é posta fora dos prédios e salas de exposição, para ser vista por um público que, muitas vezes, não a reconhece como obra de arte, diferente do que se espera do público frequentador de galerias e museus. Hoje em dia, a arte pública e, em especial a obra de arte em espaços urbanos, tem importante papel na urbanização e revitalização das cidades. Nossa pesquisa parte de uma cronologia da arte pública e das intervenções urbanas na cidade de Porto Alegre entre 1990 e 2010 para, a partir dela, investigar a visibilidade pública que essa modalidade artística teve. Ampliando em um ano a cronologia da arte pública e das intervenções urbanas, com matérias do principal jornal da cidade, Zero Hora, também realizamos entrevistas com artistas que possuem obras ou intervenções urbanas na cidade, bem como fizemos um levantamento e *download* de vídeos sobre o tema, disponíveis na internet. Com o material reunido podemos observar que o assunto é pautado em momentos específicos. Tratados como tema cultural, as notícias e matérias de interesse aumentam quando há uma exposição específica, intervenção ou inauguração, ou quando acontece a Bienal do Mercosul, por exemplo. O assunto, no entanto, é periodicamente trazido como notícia de interesse público geral, fora das seções culturais, ao denunciar furtos, ataques de vandalismo e pichação ou quando as obras se encontram deterioradas pela ação do tempo, enfocando a falta de cuidado por parte do poder público. Isso mostra, e até certo ponto confirma, que essa modalidade de expressão artística é valorizada pelo aspecto social, político, urbanístico também fora dos circuitos artísticos. Nossa pesquisa permitiu compreender como as ações de intervenção urbana em geral e obras de arte pública em particular podem ativar tomadas de posição em relação a experiência estética como bem público de direito coletivo, para sua ampliação e promoção ou não. E as entrevistas complementam nossa perspectiva sobre as indefinições e instabilidades públicas quanto ao encaminhamento de políticas culturais para a promoção, preservação e divulgação desse patrimônio artístico a céu aberto.